



ANDRÉ CYRINO
ANNA CAROLINA MIGUEIS
FERNANDA MORGAN
Coordenadores

DIREITO ADMINISTRATIVO E CORRUPÇÃO

Autores

Alexandre Santos de Aragão
Anna Carolina Migueis Pereira
André Cyrino
André Rosilho
Carolina Barros Fidalgo
Egon Bockmann Moreira
Fernando Menezes de Almeida
Floriano de Azevedo Marques Neto
Guilherme Siqueira de Carvalho
Heloísa Conrado Caggiano
José Vicente Santos de Mendonça
Juliana Bonacorsi de Palma
Marina Cyrino
Patrícia Regina Pinheiro Sampaio
Valter Shuenquener de Araujo
Victor Aguiar de Carvalho

A corrupção mata. Ela retira dinheiro de políticas públicas essenciais. A corrupção é irmã siamesa do atraso.

Este livro procura lidar com o problema da corrupção a partir do direito administrativo. Por muito tempo, a maior parte da energia utilizada para tratar desse tema voltou-se aos modelos de repressão estatal, sobretudo no âmbito penal.

Acreditamos que o momento é de modificação dessa perspectiva. O foco, hoje, volta-se à prevenção. Para isso, o direito administrativo é peça-chave, sem a qual não passaremos por esse processo de mudança.

Área específica da obra

Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Direito constitucional

Público-alvo/consumidores da obra

Alunos de graduação em direito, pós-graduação em direito, além de profissionais do direito em geral.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001749

D598 Direito Administrativo e Corrupção/ André Cyrino; Anna Carolina Migueis;
Fernanda Morgan Pimentel (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

327p.; 14,5x21,5cm
ISBN: 978-85-450-0752-4

1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. I. Cyrino, André. II.
Migueis, Anna Carolina. III. Pimentel, Fernanda Morgan. IV. Título.

CDD 341.3

CDU

342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CYRINO, André; MIGUEIS, Anna Carolina; PIMENTEL, Fernanda Morgan (Coord.).
Direito Administrativo e Corrupção. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 327p. ISBN 978-85-450-0752-4.

André Cyrino

Professor Adjunto de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor e Mestre pela UERJ. Master of Laws (*LL.M.*) pela Yale Law School (EUA). Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Advogado.

Anna Carolina Migueis

Professora Convidada dos programas de Pós-Graduação *Lato Sensu* da UERJ e da FGV Direito Rio. Doutoranda e Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Procuradora do Estado do Rio de Janeiro.

Fernanda Morgan Pimentel

Professora conteudista na Universidade Estácio de Sá. Professora convidada dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu* da UERJ. Mestranda em Direito Público na UERJ.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL DA OBRA

ANDRÉ CYRINO, ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA, FERNANDA MORGAN.....	13
---	----

PRIMEIRA PARTE

ASPECTOS GERAIS

O ARCABOUÇO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO: FORMAÇÃO, EFETIVIDADE E PERSPECTIVAS

FERNANDO MENEZES DE ALMEIDA, GUILHERME SIQUEIRA DE CARVALHO	21
Introdução	21
1 A evolução do arcabouço jurídico-institucional anticorrupção	22
2 A diretriz principiológica da Constituição de 1988.....	23
3 Fortalecimento institucional da Administração Pública	26
4 O fortalecimento dos órgãos de controle.....	27
5 Instrumentos jurídicos de controle	29
6 O fomento ao controle social	30
7 Um balanço da efetividade do arcabouço jurídico-institucional anticorrupção.....	31
8 Perspectivas para a prevenção à corrupção no Brasil	35
Conclusão	37
Referências.....	38

O DIREITO ADMINISTRATIVO E A CORRUPÇÃO

FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	41
Introdução	41
1 Explorando a premissa: pressupostos para a corrupção na Administração Pública	44
2 Como o direito administrativo incentiva a corrupção?	47
3 O contributo dos órgãos de controle à função fomentadora do direito administrativo à corrupção	57
Conclusões prospectivas	60
Referências.....	61

O DIREITO ADMINISTRATIVO E SUA CONTRIBUIÇÃO NO ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO

VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO.....	65
1 Introdução	65
2 Mudanças estruturais fundamentais.....	71
2.1 A necessária simplificação dos procedimentos administrativos.....	71
2.2 A ampliação da transparência e o incentivo à <i>smart disclosure</i>	76
2.3 A necessária racionalização do direito administrativo sancionador para sua previsibilidade e proporcionalidade	81
3 Conclusões.....	84
Referências.....	86

CORRUPÇÃO E ANÁLISE ECONÔMICA: COMO O SISTEMA DE INCENTIVOS INFLUENCIA O QUADRO DE COMPORTAMENTOS ILÍCITOS

VICTOR AGUIAR DE CARVALHO.....	89
Introdução	89
1 Relevância da análise econômica do direito para o exame da corrupção.....	91
2 Uma visão geral: quando e como ocorrem incentivos à corrupção?	95
3 Modelagem econômica do fenômeno da corrupção: o dilema de agência.....	98
3.1 Dilema de agência e corrupção	98
3.2 Como superar o dilema de agência?	101
4 Ação coletiva, comportamento contingente e corrupção como equilíbrio	103
5 Afinal, a corrupção é uma relação principal-agente ou um problema de ação coletiva?	107
6 Outras abordagens econômicas para a corrupção.....	109
Encerramento	111
Referências.....	112

A LEI ANTICORRUPÇÃO COMO LEI NACIONAL?

ANDRÉ CYRINO, JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA	117
Introdução	117
1 O que são leis nacionais?	118
2 A razão de direito internacional: o compromisso do Estado brasileiro	122
3 A razão de direito constitucional: a centralidade do combate à corrupção na Constituição de 1988	124
4 As razões de segurança jurídica e de isonomia: necessidade de tratamento uniforme do tema	127
Encerramento: a Lei Anticorrupção é lei nacional – mas há espaço para algumas experimentações federativas.....	129
Referências.....	131

O CONTROLE DA CORRUPÇÃO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O DEVER DE NEGOCIAR COMO REGRA

EGON BOCKMANN MOREIRA, HELOÍSA CONRADO CAGGIANO	133
Introdução	133
1 O princípio da eficiência aplicado ao controle da corrupção	135
2 O desenvolvimento das negociações jurídicas público-privadas	139
3 Os limites e a efetividade das negociações jurídicas público-privadas em corrupção	147
Considerações finais	151
Referências.....	152

SEGUNDA PARTE

PROBLEMAS ESPECÍFICOS

OS CASOS ODEBRECHT E ANDRADE GUTIERREZ E A NECESSIDADE DE UMA MELHOR COORDENAÇÃO REGULATÓRIA PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE LENIÊNCIA NO BRASIL

MARINA CYRINO	157
Introdução	157
1 A disputa pela competência na celebração de acordos de leniência nos casos da Andrade Gutierrez e Odebrecht	160
1.1 Caso Andrade Gutierrez	161
1.2 Caso Odebrecht	164
2 Fundamentos apresentados pelos entes que buscam defender a sua competência para a celebração de acordos de leniência.....	169
2.1 Controladoria-Geral da União.....	169
2.2 Ministério Público Federal.....	170
2.3 Advocacia-Geral da União.....	170
2.4 Tribunal de Contas da União.....	171
3 Coordenação regulatória.....	172
3.1 Conceito de coordenação regulatória.....	172
3.2 Mecanismos de coordenação regulatória	174
Conclusão	175
Referências.....	177

DIREITO ADMINISTRATIVO E CORRUPÇÃO: O BRASIL PRECISA DE UM PROGRAMA PÚBLICO DE REPORTANTES CONTRA A CORRUPÇÃO? JURIDICIDADE E PROTEÇÃO PARA RELATOS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO

JULIANA BONACORSI DE PALMA	179
Introdução	179
1 A incipiente experiência brasileira com programas públicos de reportantes contra a corrupção	184
1.1 Programa de reportantes nas comissões de ética federais	186
1.2 Programa de reportantes dos servidores públicos federais.....	188
1.3 Programa de reportantes da Lei Anticorrupção	189
1.4 Programa de reportantes na Lei das Empresas Estatais.....	190
1.5 O programa de reportantes “disque-denúncia”	191
2 Juridicidade na construção de um programa público de reportantes contra a corrupção no Brasil	192
2.1 Objeto do relato	195
2.2 Identidade do reportante	196
2.3 Canais de relato	199
2.3.1 Relatos internos	199
2.3.2 Relatos externos.....	202
2.4 Medidas de proteção ao reportante.....	203
2.5 Responsabilização por relato falso.....	208
Considerações finais	210
Referências.....	211

ENTRE A PERSEGUIÇÃO E O DENUNCISMO: COMO A REGULAMENTAÇÃO DO *WHISTLEBLOWER* PODE REDUZIR A CORRUPÇÃO ENTRE AGENTES PÚBLICOS NO BRASIL

ANNA CAROLINA MIGUEIS	213
Introdução e contextualização do tema	213
1 Fixação de premissas: o que é o <i>whistleblower</i> , de quais agentes públicos pretende-se tratar e o porquê de sua escolha ..	215
2 A experiência na <i>common law</i> de proteção ao <i>whistleblower</i>	222
3 A proteção ao <i>whistleblower</i> no Brasil: o atual estado de coisas e parâmetros para regulamentação	227
3.1 Desnecessidade de a denúncia ser instruída com lastro probatório mínimo.....	232
3.2 Hipóteses de divulgação de informações	235
3.3 A quem divulgar as informações?	237
3.3.1 Órgãos internos	237
3.3.2 Órgãos externos e particulares	241
3.4 Medidas de proteção ao denunciante e de mitigação ao risco de denunciismo	243
3.5 A premiação do denunciante.....	244
Conclusões.....	248
Referências.....	250

INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES EM LICITAÇÕES E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS POR LICITANTES E SUBSTRATOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE *COMPLIANCE*

CAROLINA BARROS FIDALGO, PATRÍCIA REGINA PINHEIRO SAMPAIO	253
Introdução	253
1 Contexto.....	256
2 Riscos nas licitações: o que a corrupção pode acobertar?	258
2.1 Indícios de fraudes nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.....	261
2.1.1 Casos que envolvam dispensa fundamentada nos incs. I e II do art. 24 da Lei de Licitações: dispensa por baixo valor... 264	
2.1.2 Casos que envolvam dispensa fundamentada no inc. IV do art. 24 da Lei de Licitações: dispensa por situações emergenciais.....	266
2.1.3 Casos que envolvam inexigibilidade de licitação fundamentada no inc. I do art. 25 da Lei de Licitações: compra de bens de fornecedor exclusivo.....	267
2.2 Indícios de direcionamento da licitação em editais	268
3 Corrupção, cartéis e licitação	270
Conclusão	273
Referências.....	275

LIMITES DOS PODERES CAUTELARES DO TCU: CASO DA INDISPONIBILIDADE DE BENS DE CONTRATADOS

ANDRÉ ROSILHO	277
Introdução	277
1 Uso da medida cautelar de indisponibilidade de bens pelo TCU em face de contratados pela Administração Pública ... 279	
1.1 Caso da Ferrovia Norte-Sul	279
1.2 Caso Angra 3.....	280
1.3 Caso do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).....	282
2 Tem o TCU competência para aplicar a cautelar de indisponibilidade de bens a particulares contratados pela Administração Pública?.....	284
2.1 O direito não conferiu ao TCU competência para aplicar a cautelar de indisponibilidade de bens a particulares contratados pela Administração Pública	285
2.2 O STF não parece ter jurisprudência consolidada acerca das possibilidades e limites dos poderes cautelares do TCU ... 289	
3 O TCU não parece ter critérios claros para declarar a indisponibilidade de bens de particulares contratados	293
Conclusão	295
Referências.....	296

BUSINESS JUDGMENT RULE E OS LIMITES SOBRE O CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	297
Introdução	297
1 A <i>business judgment rule</i> no direito brasileiro	299
2 O advento da Lei nº 13.303/2016 e seu valor hermenêutico potencializador da liberdade de gestão das empresas estatais.....	305
3 Os limites sobre o controle das empresas estatais e a <i>business judgment rule</i> à luz do art. 90 da Lei nº 13.303/2016	313
Referências.....	322

SOBRE OS AUTORES	325
-------------------------------	------------